



Demonstrações Contábeis

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



ARCOVERDE
TRANSMISSÃO
DE ENERGIA

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	2
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações contábeis, a Companhia registra o montante de R\$ 301.083 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão que se encontram em construção. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (*IFRS15 – Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da Diretoria. Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos contratos de concessão verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação projetos de construção:

(a) a análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) a avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (v) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela Diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3, 8, 17 e 18, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

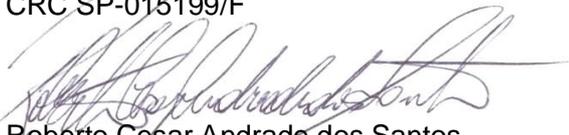
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.069	5.132
Títulos e valores mobiliários	5	6.072	-
Contas a receber de clientes	6	3.138	2.531
Tributos a recuperar	7	1.283	1.131
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	27.131	30.277
Adiantamentos diversos		19	11
Despesas antecipadas		112	107
Total do Ativo Circulante		43.824	39.189
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	6.361	5.535
Tributos a recuperar	7	1.745	1.745
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	8	273.952	262.271
Depósitos judiciais e cauções		111	111
Imobilizado		26	26
Total do Ativo Não Circulante		282.195	269.688
Total do Ativo		326.019	308.877
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	338	399
Impostos corrente a pagar	10	217	178
Encargos setoriais		192	104
Empréstimos	11	1.380	6.489
Debêntures	12	3.053	5.496
Dividendos a pagar	13	8.587	1.439
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	14.1	337	282
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	14.2	867	-
Outros passivos circulantes		5	5
Total Passivo Circulante		14.976	14.392
Não Circulante			
Empréstimos	11	116.754	114.876
Debêntures	12	53.989	50.723
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	14.2	9.222	23.605
Provisão contingente	15	124	335
Total Passivo Não Circulante		180.089	189.539
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	67.820	65.070
Reserva legal	16	4.753	3.227
Reserva de lucros	16	58.381	36.649
Total Patrimônio Líquido		130.954	104.946
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		326.019	308.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	17	38.789	34.228
Custos dos bens construídos e serviços prestados	18	(2.717)	(3.499)
Resultado operacional bruto		36.072	30.729
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	19	(1.203)	(1.814)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		34.869	28.915
Despesas financeiras	20	(17.561)	(25.535)
Receitas financeiras	20	982	370
Resultado financeiro líquido		(16.579)	(25.165)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social			
		18.290	3.750
Contribuição social	14	(437)	(347)
Imposto de renda	14	(868)	(649)
Contribuição social diferida	14	2.739	(115)
Imposto de renda diferido	14	10.777	(213)
Resultado líquido do exercício		30.501	2.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	30.501	2.426
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	30.501	2.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	65.070	35.495	3.107	-	103.672
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	2.426	2.426
Constituição de reservas	-	1.154	120	(1.274)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(1.152)	(1.152)
Saldo em 31 dezembro 2021	65.070	36.649	3.227	-	104.946
Subscrição de capital	2.750	-	-	-	2.750
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	30.501	30.501
Constituição de reservas	-	21.732	1.526	(23.258)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(7.243)	(7.243)
Saldo em 31 dezembro 2022	67.820	58.381	4.753	-	130.954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	18.289	3.750
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Juros sobre empréstimos tomados	9.207	14.410
Juros sobre debêntures tomados	6.024	8.091
Encargos sobre empréstimos	127	131
Encargos sobre debêntures	283	60
Juros - outros	-	(416)
Provisão (reversão) de contingências	(211)	335
Receita diferida	(8.088)	(37.304)
Apropriação de doação	(446)	(334)
Rendimento sobre aplicação	(982)	370
	24.203	(10.907)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(607)	28.918
Depósitos judiciais	-	(29)
Adiantamentos	(9)	(11)
Despesas antecipadas	(5)	(107)
Tributos a recuperar	(276)	(210)
Fornecedores e outras contas a pagar	(156)	(155)
Impostos correntes a pagar	39	(652)
Encargos setoriais	88	(51)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.126)	(794)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	22.151	16.002
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	2.750	-
Aquisição de imobilizado	-	(26)
Títulos e valores mobiliários	(5.915)	(2.402)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(3.165)	(2.428)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(1.855)	(3.879)
Juros pagos de empréstimos	(10.710)	(11.211)
Pagamento de debêntures	(2.645)	(1.328)
Juros pagos de debêntures	(2.839)	(3.679)
Dividendos pagos	-	(999)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(18.049)	(21.096)
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	937	(7.522)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	5.132	12.654
No final do exercício	6.069	5.132
Aumento/redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	937	(7.522)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de maio de 2017 e estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia é controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 14 de março de 2020 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica-- Continuação

vii) órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Declaração de Conformidade--Continuação

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeira, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações tem capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparas com base no pressuposto de continuidade.

As informações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 28 de março de 2023.

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 4. das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2.3. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

Nota explicativa 14 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido; e

Nota explicativa 8 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão;

1. Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações contábeis de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ativos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Avaliação do modelo de negócio--Continuação

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue--
Continuação

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Arcoverde regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

i.Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

ii.Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual--Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

" I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e

b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3. “Contratos de concessão de serviços públicos - ativo contratual”

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco (i)	4.697	1.470
Aplicação financeira (ii)	1.372	952
Escrow Santander	-	2.710
Total	<u>6.069</u>	<u>5.132</u>

- (i) No saldo apresentado, a quantia de R\$4.659 são referentes a conta de complementação do índice de cobertura das dívidas que serão liberados após o atingimento dos covenants.
- (ii) Aplicações financeiras estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, estão remuneradas pela taxa de 100% do CDI (96,81% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5. Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicações financeiras – conta Santander (i)	6.072	2.307
Aplicações financeiras – conta BNB (ii)	6.361	3.228
Total	<u>12.433</u>	<u>5.535</u>
Total circulante	<u>6.072</u>	<u>-</u>
Total não circulante	<u>6.361</u>	<u>5.535</u>

- (i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao futuro pagamento de juros e principal de debêntures, que são realizadas semestralmente, os próximos pagamentos estão programados para janeiro e julho de 2023. No montante de R\$ 6.072 para 2022 (R\$ 2.307 em 2021).
- (ii) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411. No montante de R\$ 6.361 para 2022 (R\$ 5.535 em 2021).

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias (a)	2.848	2.531
CDE (b)	290	-
Total	<u>3.138</u>	<u>2.531</u>

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$246 mil em 05/01/2023, R\$386 mil em 15/01/2023, R\$1.839 em 25/01/2023 e R\$377 mil em 05/02/2023.

(b) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo exercício.

A Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

7. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	602	367
Imposto de renda retido na fonte	169	345
Contribuição social	169	169
Contribuição social retida	60	33
PIS retido	52	38
COFINS retido	208	156
INSS retido	23	23
ICMS (a)	1.745	1.745
Total	<u>3.028</u>	<u>2.876</u>
Total circulante	<u>1.283</u>	<u>1.131</u>
Total não circulante	<u>1.745</u>	<u>1.745</u>

(a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal. A administração projeta que esse valor vai ser compensado em futuras obras de reforço e manutenção de peças e sobressalentes a serem realizadas nos próximos períodos.

8. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro em 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Concessão do serviço público (ativo de contrato)--Continuação

concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro 2022 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	Descrição	Arcoverde
Linhas de Transmissão		
Margem de construção		32,52%
Margem de operação e manutenção		12,12%
Taxa de remuneração		5,06%
Índice de correção dos contratos		IPCA
RAP Anual		21.776
Ativo de contrato em 31/12/2021		292.548
Receita de operação e manutenção		3.973
Receita de operação e manutenção – margem		397
Remuneração do ativo de contrato		33.996
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada		(843)
RAP realizada		(29.434)
Amortização da doação		446
Ativo de contrato em 31/12/2022		301.083
Total circulante		27.131
Total não circulante		273.952

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro em 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Concessão do serviço público (ativo de contrato)--Continuação

Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.067 e 2.895, respectivamente, foi de R\$ 30.842 para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 25.909 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

9. Fornecedores

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
O&M	48	192
Materiais	8	204
Serviços de terceiros	57	2
Seguro	14	-
Sterlite (dividendos)	95	-
Outros	116	1
Total	<u>338</u>	<u>399</u>

- (i) Valor refere-se a dividendos a pagar para a antiga controlada que foi transferido da linha de dividendos a pagar para fornecedores/contas a pagar.

10. Impostos corrente a pagar

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Retidos a recolher	19	13
PIS a recolher	20	15
COFINS a recolher	94	73
ICMS a recolher	-	32
ISS a recolher	75	38
INSS a recolher	9	7
Total	<u>217</u>	<u>178</u>

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	116.522	118.377	15/12/2038	Mensal	IPCA+1,72%
Juros	3.780	5.285			
Encargos de empréstimos	(2.168)	(2.297)			
Total	118.134	121.365			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
Financiamento BNB (i)	121.365	9.207	127	(1.855)	(10.710)	118.134
Total	121.365	9.207	127	(1.855)	(10.710)	118.134
Total circulante	6.489					1.380
Total não circulante	114.876					116.754

- i. A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

Em Junho de 2019 a Companhia firmou o Contrato de Prestação de Garantia ("CPG"), tendo como fiador o Banco BTG Pactual S.A. De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão pagos ao fim de cada período trimestral totalizando o montante de R\$1.347 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.347 em 31 de dezembro de 2021) correspondente a 1,40% incidentes sobre o valor nominal de cada Carta de Fiança emitida (110MM CMT24/19-C1 e 8.820MM CMT24/19-C2).

O financiamento têm seu vencimento assim programado:

	31/12/2022
2023	1.380
2024	1.893
2025	2.470
2026	3.060
2027 a 2038	111.499
	120.302

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (a)	56.723	56.184	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Juros	1.293	1.292			
Encargos de debêntures	(973)	(1.257)			
Total	57.043	56.219			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Despesa de Juros	Encargos	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	Saldo em 31/12/2022
2ª Emissão de Debêntures (i)	56.219	6.024	283	(2.645)	(2.839)	57.042
Total	56.219	6.024	283	(2.645)	(2.839)	57.042
Total circulante	5.496					3.053
Total não circulante	50.723					53.989

As debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	31/12/2022
2023	3.053
2024	3.053
2025	3.053
2026	2.846
2027 a 2038	46.011
Total	58.016

- (i) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196% a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2021	Dividendos propostos	Transferência de dividendos (i)	Saldo em 31/12/2022
V2i	1.344	7.243	-	8.587
Sterlite Brazil Participações S.A.	95	-	(95)	-
Total	1.439	7.243	(95)	8.587

(i) O Valor de dividendos a pagar para a Sterlite foi transferido para o grupo de contas a pagar, devido a V2i ter realizado a compra de 100% das ações e a Sterlite não ter mais participação na Companhia.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro em 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro presumido		
Receita anual permitida	29.434	26.685
Receita CDE	1.273	967
Receita CCT	1.600	1.373
Receita operacional	32.307	29.025
Base presunção IRPJ 8%	2.585	2.322
Base presunção CSLL 12%	3.877	3.483
Receitas financeiras	982	370
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	3.567	2.692
Despesa de IRPJ	(868)	(649)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	4.859	3.853
Despesa de CSLL	(437)	(347)
Total de despesas IRPJ/CSLL - corrente	(1.305)	(996)
Receita de ativo de contrato	8.090	10.261
Receita diferida - Gross up (i)	8.396	10.650
Base presunção IRPJ 8%	672	852
Despesa de IRPJ	(168)	(213)
Base presunção CSLL 12%	1.008	1.278
Despesa de CSLL	(91)	(115)
Total IRPJ/CSLL - diferido	(259)	(328)
Revisão da alíquota efetiva (ii)		
Saldo inicial do ativo de contrato	319.165	-
Receita do ano	8.090	-
Ajuste de Gross up	305	-
Saldo final do ativo de contrato (gross up) (i)	327.560	-
Base presunção IRPJ 8%	26.205	-
Base presunção CSLL 12%	39.307	-
Total IRPJ lucro presumido	(6.551)	-
Total CSLL lucro presumido	(3.538)	-
IRPJ/CSLL - Lucro presumido	(10.089)	-
Saldo inicial dos impostos diferidos	(23.605)	-
Impostos calculados no ano	(259)	-
Revisão da alíquota efetiva (ii)	13.775	-
Total de despesas IRPJ/CSLL – atualizado	12.211	(1.324)

(i) O Gross up é um termo técnico para reajuste da base de cálculo, a fim de identificar o valor bruto.

(ii) A Companhia revisa periodicamente as bases de suas obrigações legais, que incluem tributos diferidos, considerando sua interpretação da legislação vigente, incluindo suas alterações, evoluções de bases jurisprudencial, bem como suas interpretações às normas aplicáveis e oportunidades de planejamento fiscal disponíveis. Durante o exercício de 2022, a Companhia revisou a alíquota efetiva utilizada na constituição dos passivos fiscais diferidos a fim de refletir a alíquota que se espera que seja aplicada quando da liquidação do correspondente tributo no futuro. Adicionalmente, tratamentos fiscais que são considerados incertos, no âmbito da Interpretação técnica ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o Lucro, estão suportados por opinião legal de escritórios de primeira linha e são acompanhados regularmente para considerar mudanças de fatos e circunstâncias que possam produzir efeitos nos saldos contábeis.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido-- Continuação

14.1. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

Saldo inicial dos impostos a pagar	(282)
Impostos calculados	(1.305)
Impostos compensados	124
Impostos pagos	1.126
Saldo final dos impostos a pagar	(337)

14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Despesa de IRPJ e CSLL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido diferido, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a Companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

Saldo inicial dos impostos diferidos	(23.605)
Impostos calculados	(259)
Revisão da alíquota efetiva	13.775
Saldo final dos impostos diferidos	(10.089)
Total circulante	(867)
Total não circulante	(9.222)

15. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

15.1 Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contingências--Continuação

15.1 Perdas Prováveis--Continuação

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Constituições de Provisões	124	335
Total	124	335

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Arcoverde possui 3 processos de contingência passiva na área cível, distribuídos em 2018. São ações de constituição de servidão e a Administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$124, baseado no parecer emitido pelos advogados.

16. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito até 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é representado somente por ações ordinárias:

	<u>31/12/2022</u>			<u>31/12/2021</u>		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	67.820.000	67.820	100%	65.070.000	65.070	100%
	67.820.000	67.820	100%	65.070.000	65.070	100%

Houve aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2022 no valor de 2.750, com a consequente emissão 2.750.000 de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente subscrita e integralizada na data.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio Líquido--Continuação

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	30.501	2.426
Reserva legal 5%	1.526	120
Reserva legal anos anteriores	3.227	3.107
Reserva legal do ano	1.526	120
Total	<u>4.753</u>	<u>3.227</u>

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% (50%, em 2021) ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	30.501	2.426
(-) Reserva legal 5%	(1.526)	(120)
Base para dividendos	28.975	2.306
Alíquota	25%	50%
Dividendos propostos	<u>7.243</u>	<u>1.153</u>

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	30.501	2.426
Reserva legal	(1.526)	(120)
Dividendos	(7.243)	(1.153)
Reserva de lucro anos anteriores	36.649	35.496
Constituição da reserva de lucro	21.732	1.153
Total	<u>58.381</u>	<u>36.649</u>

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	30.501	2.426
Lucro por ação	0,4497	0,0373

17. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita anual permitida	29.434	26.099
Receita de remuneração do ativo de contrato	8.089	8.799
Receita CDE	1.273	967
Receita CCT	1.600	1.373
Encargos do consumidor	(428)	(417)
PIS sobre faturamento	(210)	(462)
COFINS sobre faturamento	(969)	(2.131)
Total	38.789	34.228

18. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo com serviços tomados	(3.334)	(3.739)
Custo com depreciação e amortização	444	334
Custo com pessoal	-	(16)
Custo com energia elétrica	(40)	(43)
Demais custos	213	(35)
Total	(2.717)	(3.499)

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços de terceiros tomados	(761)	(1.029)
Depreciação e amortização	(8)	(4)
Outras despesas operacionais	(434)	(781)
Total	(1.203)	(1.814)

20. Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Juros e variações monetárias (i)	(15.302)	(22.501)
IOF, comissões e taxa	(2.224)	(2.490)
Multa e acréscimos moratórios	(7)	(509)
Outras despesas financeiras	(28)	(35)
Despesas financeiras	(17.561)	(25.535)
Receita com aplicação financeira	982	370
Receita financeira	982	370
Resultado financeiro, líquido	(16.580)	(25.165)

- (i) O valor de juros de empréstimo e debêntures no ano de 2022 foi R\$ 9.207 e R\$ 6.024 em 2022 (R\$ 14.410 e R\$ 8.091 em 2021) respectivamente, e juros de mora em 2022 de R\$ 71 (R\$ 0 em 2021).

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
 31 de dezembro em 2022
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada (Milhões R\$)	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	70	06 de maio de 2022 até 06 de maio de 2023
Chubb Seguros Brasil S.A. (b)	Responsabilidade Civil	20	06 de maio de 2022 até 06 de maio 2023

- (a) A Companhia possui a apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$ 70 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 296.675.
- (b) A Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 20 milhões e um prêmio anual no valor de R\$ 29.200.

22. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	12.433	5.535
Caixa e equivalentes de caixa	2	6.069	5.132
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	3.138	2.531
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	118.134	121.365
Debêntures	2	57.042	56.219
Fornecedores	2	338	399

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

23. Instrumentos financeiros--Continuação

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro em 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** — preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** — ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

23.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

23.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de crédito--Continuação

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão — TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,92887% em 31 de dezembro de 2022.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros--Continuação

23.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

d) Risco de liquidez--Continuação

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

23. Evento Subsequente

A Companhia não possui evento subsequente:



Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro em 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*

*

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9